



MP-ES

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO

AGENTE TÉCNICO - ASSISTENTE SOCIAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico-Matemático
- ▶ Legislação e Código de Ética do Ministério Público do Estado do Espírito Santo
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL DE CONCURSO
Nº 01/2026



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



MP-ES

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO

Agente Técnico- Assistente
Social

EDITAL DE CONCURSO Nº 01/2026

CÓD: SL-057MR-26
7908433293019

Língua Portuguesa

1. Elementos de construção do texto e seu sentido: gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo); interpretação e organização interna	9
2. Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos	15
3. Emprego de tempos e modos dos verbos na língua portuguesa; mecanismos de flexão dos nomes e verbos	16
4. Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais	19
5. Processos de formação palavras	28
6. Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação	29
7. Concordância nominal e verbal	33
8. Transitividade e regência de nomes e verbos	36
9. Padrões gerais de colocação pronominal na língua portuguesa	38
10. Mecanismos de coesão textual	40
11. Ortografia	41
12. Acentuação gráfica	42
13. Emprego do sinal indicativo de crase	44
14. Pontuação	45
15. Estilística: figuras de linguagem	47
16. Reescritura de frases: substituição, deslocamento, paralelismo	50
17. Variação linguística	51
18. Norma padrão	53

Raciocínio Lógico-Matemático

1. Conjuntos e suas operações, diagramas	59
2. Números inteiros, racionais e reais e suas operações	62
3. Porcentagem	69
4. Proporcionalidade direta e inversa	71
5. Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo	72
6. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. formação de conceitos, discriminação de elementos. proposições, conectivos, equivalências lógicas, quantificadores e predicados ...	76
7. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal	90
8. Raciocínio matemático	94
9. Raciocínio sequencial, reconhecimento de padrões, orientação espacial e temporal	100
10. Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas	103
11. Problemas de lógica e raciocínio	107
12. Problemas de contagem	109
13. Noções de probabilidade	112
14. Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área	115
15. Noções de estatística: média, moda, mediana e desvio padrão	123

Legislação e Código de Ética do Ministério Público do Estado do Espírito Santo

1. Lei Orgânica do MPES - lei complementar Estadual nº 95/1997 (Título I - da organização e atribuições do ministério público. Capítulo I - das disposições gerais; Capítulo II – da organização do ministério público)	131
2. Constituição do Estado do Espírito Santo de 1989 (Título I - do estado do espírito santo e seu território; título II - dos direitos e garantias fundamentais; capítulo IV - das funções essenciais à administração da justiça, seção I - do ministério público)	132
3. Lei Estadual Nº 7233/2002 (dá nova redação ao plano de carreiras e vencimentos dos servidores administrativos do ministério público)	136
4. Lei nº 13709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).....	143
5. Portaria PGJ Nº 897/2023 (institui a política de privacidade e de proteção de dados pessoais no mpes)	157
6. Código de Ética do MP (Resolução CNMP Nº 261/2023).....	160
7. Portaria Nº 8565/2017 (dispõe sobre a estratégia institucional e seu modelo de governança no âmbito do ministério público do estado do espírito santo)	163
8. Planejamento estratégico 2024-2032 do MPES	168
9. O Ministério Público brasileiro e a promoção dos ods da agenda 2030	168
10. Regimento interno da estrutura organizacional do mpes (Resolução Nº 12/2012)	169

Conhecimentos Específicos Agente Técnico - Assistente Social

1. Fundamentos do Serviço Social: históricos, teóricos e metodológicos.....	207
2. Contextualização da Questão Social no Brasil.....	210
3. História do Serviço Social; Da institucionalização do Serviço Social ao movimento de reconceitualização na América Latina, em particular no Brasil.....	213
4. Análise crítica das influências teórico-metodológicas e as formas de intervenção construídas pela profissão em seus distintos contextos históricos.....	214
5. O Serviço Social na contemporaneidade: demandas e respostas; Redimensionamento da profissão ante as transformações societárias: condições e relações de trabalho e espaços sócio-ocupacionais.....	218
6. O trabalho do Serviço Social e suas dimensões ético-política, teórico-metodológica, técnico-operativa e críticoinvestigativa	220
7. Direitos Sociais e Competências Profissionais	223
8. Legislação e Direitos Sociais: Constituição da República Federativa do Brasil (do Art. 1º ao 7º, do Art. 194 ao 204)	225
9. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei nº 8.742/1993).....	237
10. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Direitos fundamentais da criança e do adolescente.....	248
11. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 7.050/2002): consolida as normas estaduais relativas às pessoas com deficiência (PcD)	288
12. Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003)	301
13. Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006)	312
14. Política Nacional de Assistência Social (PNAS).....	318
15. Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Estado do Espírito Santo (Lei nº 9.966/2012) e suas alterações	324
16. Plano Estadual de Assistência Social (Peas) 2024-2027	331
17. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social	331
18. Concepções e debates sobre instrumentos e técnicas	334

ÍNDICE

19. Estudo social, perícia social, relatório social, laudo social, parecer social	335
20. Atuação em equipe multiprofissional e interdisciplinar; Entrevista, visita domiciliar, visita institucional, reunião, mobilização social, trabalho em rede, ação socioeducativa com indivíduos, grupos e família, abordagens individual e coletiva	338
21. A dimensão investigativa, processos de planejamento e de intervenção profissional	341
22. O Serviço Social e a intervenção junto à família em suas diversas dimensões	343
23. Conceitos, historicidade e configurações contemporâneas; perspectivas jurídicas da família; violência intrafamiliar	344
24. Sistema de proteção social e o papel das políticas públicas no âmbito de intervenção e operacionalização do Serviço Social	347
25. Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária	350
26. O Serviço Social e o atendimento à Infância e à adolescência	353
27. Medidas específicas de proteção à criança e ao adolescente	355
28. Colocação em família substituta - guarda-tutela-adoção	356
29. Acolhimento Institucional e Familiar	356
30. Convivência Familiar e Comunitária	356
31. Violência contra crianças e adolescentes	357
32. Adolescentes em Conflito com a Lei	359
33. Medidas socioeducativas	363
34. O papel dos conselhos, dos centros de defesa e das delegacias	363
35. Exploração sexual de crianças e adolescentes; Trabalho infantil; Questão Social e Saúde	366
36. Reforma Sanitária e políticas de saúde no Brasil	369
37. Serviço Social e Saúde: estratégias de intervenção	372
38. Serviço Social e Reforma Psiquiátrica	375
39. Sistema Único de Saúde	377
40. Reforma Sanitária e os desafios para a saúde pública no Brasil	378
41. Política sobre drogas e redução de danos	382
42. Direitos Humanos: Atendimento destinado à garantia dos direitos da população em situação de vulnerabilidade social: população indígena; quilombolas; ribeirinha; cigana; crianças e adolescentes; mulheres; grupos LGBTQIAPN+; pessoas com deficiência (PcD); negros; pessoas idosas; população em situação de rua; pessoas vivendo com HIV; usuários dos serviços de saúde mental; pessoas com uso ou dependência de álcool/outras drogas e respectivas legislações	386
43. Atuação com famílias	389
44. Relações raciais e intergeracionais	391
45. Atuação do Assistente Social no Ministério Público	393
46. Elaboração de laudos, pareceres e estudos sociais	396
47. Acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade	399
48. Mediação e articulação interinstitucional (CRAS, CREAS, conselhos tutelares etc.)	400
49. Atendimento a vítimas de violência, de violação de direitos e em situação de risco	402
50. Atuação do Assistente Social no campo sociojurídico	406
51. Os espaços sócio-ocupacionais	408
52. Interface do sociojurídico com as políticas públicas	412
53. O projeto ético-político do Serviço Social; Construção e desafios	414
54. Fundamentos éticos, ética profissional e legislação específica: Lei de regulamentação da profissão, Código de Ética profissional do Assistente Social	417
55. Resoluções do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)	430
56. Sigilo profissional, compromisso ético e responsabilidade técnica	430

LÍNGUA PORTUGUESA

ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO E SEU SENTIDO: GÊNERO DO TEXTO (LITERÁRIO E NÃO LITERÁRIO, NARRATIVO, DESCRITIVO E ARGUMENTATIVO); INTERPRETAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA

O estudo dos tipos e gêneros textuais é fundamental para a compreensão e produção de textos em diversas situações comunicativas, sendo um tema recorrente em provas de concursos públicos. Ao compreender esses conceitos, o candidato adquire a capacidade de interpretar de forma mais eficaz os diferentes textos que encontrará, além de aprimorar sua habilidade de redigir conforme as exigências de cada situação.

Os tipos textuais referem-se a estruturas mais amplas e fixas que caracterizam a forma como o conteúdo é apresentado, como o narrativo, descritivo, dissertativo-argumentativo, expositivo e injuntivo. Já os gêneros textuais são as variadas manifestações desses tipos, adaptando-se ao contexto social, à finalidade e ao meio de comunicação, como notícias, editoriais, cartas de opinião, entre outros.

TIPOS TEXTUAIS: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS

Os tipos textuais são modelos de estrutura e organização que orientam a maneira como um texto é construído, determinando sua função comunicativa e as estratégias linguísticas empregadas em sua elaboração. Esses tipos são considerados padrões relativamente estáveis que definem a forma e o propósito do texto, orientando o autor e o leitor sobre como a mensagem será apresentada.

Ao todo, temos cinco tipos textuais clássicos, que aparecem com frequência em questões de concursos públicos e que são fundamentais para a compreensão da estrutura e organização dos textos: o descritivo, o injuntivo, o expositivo, o dissertativo-argumentativo e o narrativo. Cada um desses tipos textuais possui características próprias que influenciam a maneira como o texto é organizado, e a identificação dessas características é essencial para a interpretação e produção de textos de acordo com as demandas específicas de cada contexto.

► Tipo Textual Descritivo

O tipo descritivo é voltado para a criação de uma imagem detalhada de um objeto, pessoa, lugar, situação ou sentimento. O objetivo principal é permitir que o leitor visualize ou experimente o que está sendo descrito, utilizando recursos linguísticos que enfatizam as características sensoriais e perceptivas.

Características principais:

- Uso frequente de adjetivos, locuções adjetivas e orações adjetivas para caracterizar o objeto descrito.
- A descrição pode ser objetiva, quando o autor busca apresentar os detalhes de forma imparcial, ou subjetiva, quando há a inclusão de impressões e sentimentos pessoais.
- O texto é marcado por uma estrutura estática, sem progressão temporal.

▪ **Exemplos de gêneros textuais descritivos:** anúncios classificados, cartões, biografias, manuais e relatos de viagem.

► Tipo Textual Injuntivo

O tipo injuntivo, também conhecido como instrucional, tem como propósito orientar, instruir ou comandar o leitor a realizar uma ação específica. É comum em situações em que é necessário indicar procedimentos, dar instruções ou estabelecer regras.

Características principais:

- Uso predominante de verbos no modo imperativo e em formas que expressam obrigação ou instrução (futuro do presente, por exemplo).
- A linguagem é direta e objetiva, com frases curtas e claras.
- A presença de marcas de interlocução, como pronomes e verbos em segunda pessoa, é comum para estabelecer uma relação de diálogo com o leitor.

▪ **Exemplos de gêneros textuais injuntivos:** receitas culinárias, bulas de remédio, manuais de instrução, regulamentos e editais.

► Tipo Textual Expositivo

O texto expositivo tem como principal objetivo informar, esclarecer ou explicar determinado assunto ao leitor. Sua função é apresentar informações de forma clara, imparcial e objetiva, sem a intenção de convencer ou influenciar.

Características principais:

- Apresenta uma estrutura clara, com introdução, desenvolvimento e conclusão.
- Uso de linguagem formal, objetiva e impessoal.
- O verbo é empregado predominantemente no presente, e a organização das ideias segue uma sequência lógica e ordenada.

▪ **Exemplos de gêneros textuais expositivos:** enciclopédias, artigos científicos, verbetes de dicionário, palestras e entrevistas.

► Tipo Textual Dissertativo-Argumentativo

O tipo dissertativo-argumentativo é amplamente utilizado em redações de concursos e vestibulares. Seu objetivo é expor ideias, discutir um tema e defender um ponto de vista, utilizando argumentos consistentes e bem estruturados.

Características principais:

- Estrutura típica com introdução (apresentação da tese), desenvolvimento (argumentos) e conclusão (reforço ou síntese da ideia principal).
- Presença de elementos que visam convencer o leitor, como citações, dados estatísticos, exemplos e comparações.
- Uso de verbos no presente, em primeira ou terceira pessoa, dependendo do grau de formalidade.

▪ **Exemplos de gêneros textuais dissertativo-argumentativos:** artigos de opinião, editoriais, ensaios, resenhas e cartas argumentativas.

► Tipo Textual Narrativo

O tipo narrativo é aquele em que o autor conta uma história, real ou fictícia, envolvendo personagens, um enredo, tempo e espaço. A narrativa envolve a apresentação de eventos que se desenrolam ao longo do tempo, seguindo uma sequência lógica.

Características principais:

- Presença de personagens, narrador, enredo, tempo e espaço.
- Uso predominante de verbos no pretérito, que conferem a ideia de acontecimentos já ocorridos.
- Pode adotar diferentes tipos de narrador, como o narrador em primeira pessoa (participa da história) ou o narrador em terceira pessoa (observador ou onisciente).

▪ **Exemplos de gêneros textuais narrativos:** contos, romances, fábulas, crônicas e lendas.

RELAÇÃO ENTRE OS TIPOS TEXTUAIS E A FUNÇÃO COMUNICATIVA

Os tipos textuais servem como base para a construção de qualquer texto e têm uma função comunicativa que orienta a escolha das estruturas gramaticais, do vocabulário e do estilo de escrita. Por exemplo, ao produzir um texto narrativo, espera-se que haja uma sequência de ações e eventos; ao criar um texto dissertativo-argumentativo, é necessário apresentar e defender uma ideia de forma lógica e coerente.

A compreensão das características dos tipos textuais é fundamental para que os candidatos sejam capazes de identificar a estrutura e a finalidade dos textos em provas de concursos públicos, assim como para que possam produzir redações de acordo com as exigências da banca examinadora. Portanto, o conhecimento aprofundado dos tipos textuais é um diferencial importante para o sucesso em questões que abordam análise e produção textual.

► Análise dos Principais Tipos Textuais

Os tipos textuais são a base que orienta a construção e a organização de um texto, guiando a forma como as informações são apresentadas e recebidas pelo leitor. A seguir, analisaremos em detalhes os cinco principais tipos textuais: descritivo, injuntivo, expositivo, dissertativo-argumentativo e narrativo, destacando suas características, usos e exemplos práticos. Esse entendimento é fundamental para a interpretação e produção de textos, especialmente em contextos como concursos públicos e vestibulares, nos quais a capacidade de identificar e aplicar os tipos textuais é frequentemente avaliada.

► Tipo Textual Descritivo

O tipo textual descritivo tem como objetivo pintar uma imagem mental de um objeto, pessoa, ambiente, situação ou sentimento, fornecendo detalhes que ajudam o leitor a “visualizar” o que está sendo descrito. É comum encontrar a descrição em textos literários, em que o autor deseja criar um cenário ou caracterizar um personagem, mas ela também aparece em textos não literários, como anúncios classificados, cardápios e laudos médicos.

Características principais:

- **Uso de adjetivos e locuções adjetivas:** Proporcionam detalhes sobre características físicas ou emocionais do que está sendo descrito.
- **Verbos de ligação:** Verbos como “ser”, “estar” e “parecer” são frequentes, pois ajudam a conectar as características ao objeto descrito.
- **Detalhamento minucioso:** Enumeração de características que podem incluir cor, forma, tamanho, textura, cheiro e emoções, tornando a descrição rica e detalhada.
- **Estilo estático:** A descrição não envolve ação ou movimento; o foco é a apresentação das características.
- **Exemplos de uso:** Biografias, descrições em romances, relatórios técnicos e anúncios de classificados.
- **Exemplo prático:** “A casa era pequena, de paredes brancas, janelas azuis e telhado vermelho. O jardim à frente era bem cuidado, com flores amarelas e rosas que exalavam um perfume suave.”

► Tipo Textual Injuntivo

O tipo textual injuntivo, também chamado de instrucional, tem como finalidade orientar, instruir ou ordenar o leitor a realizar uma determinada ação. Esse tipo é utilizado em textos que apresentam comandos, instruções ou regras, e é bastante comum em manuais de instruções, receitas culinárias, editais de concursos e regulamentos.

Características principais:

- **Uso de verbos no modo imperativo:** O uso de verbos como “faça”, “coloque”, “misture” é frequente, indicando instruções claras e diretas.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

CONJUNTOS E SUAS OPERAÇÕES, DIAGRAMAS

TEORIA DOS CONJUNTOS

Os conjuntos estão presentes em muitos aspectos da vida, seja no cotidiano, na cultura ou na ciência. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar uma lista de amigos para uma festa, ao agrupar os dias da semana ou ao fazer grupos de objetos. Os componentes de um conjunto são chamados de elementos, e para representar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

Na matemática, um conjunto é uma coleção bem definida de objetos ou elementos, que podem ser números, pessoas, letras, entre outros. A definição clara dos elementos que pertencem a um conjunto é fundamental para a compreensão e manipulação dos conjuntos.

► Símbolos importantes

- $\in$: pertence
- $\notin$: não pertence
- $\subset$: está contido
- $\not\subset$: não está contido
- $\supset$: contém
- $\not\supset$: não contém
- $/$: tal que
- $\Rightarrow$: implica que
- $\Leftrightarrow$: se, e somente se
- $\exists$: existe
- $\nexists$: não existe
- $\forall$: para todo(ou qualquer que seja)
- $\emptyset$: conjunto vazio
- $\mathbb{N}$: conjunto dos números naturais
- $\mathbb{Z}$: conjunto dos números inteiros
- $\mathbb{Q}$: conjunto dos números racionais
- $\mathbb{I}$: conjunto dos números irracionais
- $\mathbb{R}$: conjunto dos números reais

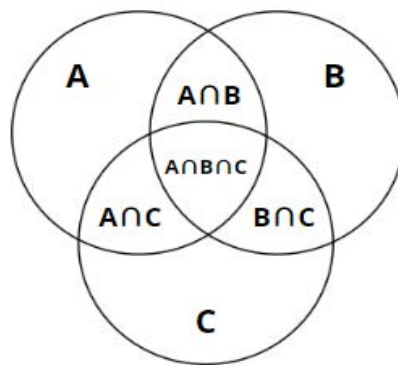
► Representações

Um conjunto pode ser definido:

- Enumerando todos os elementos do conjunto. Exemplo: $S = \{1, 3, 5, 7, 9\}$
- Simbolicamente, usando uma expressão que descreva as propriedades dos elementos. Exemplo: $B = \{x \in \mathbb{N} \mid x < 8\}$

▪ Enumerando esses elementos temos. Exemplo: $B = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\}$

▪ Através do Diagrama de Venn que é uma representação gráfica que mostra as relações entre diferentes conjuntos, utilizando círculos ou outras formas geométricas para ilustrar as interseções e uniões entre os conjuntos. Exemplo:



► Subconjuntos

Quando todos os elementos de um conjunto A pertencem também a outro conjunto B, dizemos que:

- A é subconjunto de B ou A é parte de B
- A está contido em B escrevemos: $A \subset B$
- Se existir pelo menos um elemento de A que não pertence a B, escrevemos: $A \not\subset B$

► Igualdade de conjuntos

Para todos os conjuntos A, B e C, para todos os objetos $x \in U$ (conjunto universo), temos que:

- $A = A$.
- Se $A = B$, então $B = A$.
- Se $A = B$ e $B = C$, então $A = C$.
- Se $A = B$ e $x \in A$, então $x \in B$.

Para saber se dois conjuntos A e B são iguais, precisamos apenas comparar seus elementos. Não importa a ordem ou repetição dos elementos. Exemplo: se $A = \{1, 2, 3\}$, $B = \{2, 1, 3\}$, $C = \{1, 2, 2, 3\}$, então $A = B = C$.

► Classificação

Chama-se cardinal de um conjunto, e representa-se por $\#$, o número de elementos que ele possui. Exemplo: se $A = \{45, 65, 85, 95\}$, então $\#A = 4$.

Tipos de Conjuntos

- **Equipotente:** Dois conjuntos com a mesma cardinalidade.
- **Infinito:** quando não é possível enumerar todos os seus elementos
- **Finito:** quando é possível enumerar todos os seus elementos
- **Singular:** quando é formado por um único elemento
- **Vazio:** quando não tem elementos, representados por $S = \emptyset$ ou $S = \{ \}$.

► Pertinência

Um conceito básico da teoria dos conjuntos é a relação de pertinência, representada pelo símbolo $\in$. As letras minúsculas designam os elementos de um conjunto e as letras maiúsculas, os conjuntos. Exemplo: o conjunto das vogais (V) é $V = \{a, e, i, o, u\}$

- **A relação de pertinência é expressa por:** $a \in V$. Isso significa que o elemento a pertence ao conjunto V.
- **A relação de não-pertinência é expressa por:** $b \notin V$. Isso significa que o elemento b não pertence ao conjunto V.

► Inclusão

A relação de inclusão descreve como um conjunto pode ser um subconjunto de outro conjunto. Essa relação possui três propriedades principais:

- **Propriedade reflexiva:** $A \subset A$, isto é, um conjunto sempre é subconjunto dele mesmo.
- **Propriedade antissimétrica:** se $A \subset B$ e $B \subset A$, então $A = B$.
- **Propriedade transitiva:** se $A \subset B$ e $B \subset C$, então, $A \subset C$.

► Operações entre conjuntos

União

A união de dois conjuntos A e B é o conjunto formado pelos elementos que pertencem a pelo menos um dos conjuntos.

$$A \cup B = \{x | x \in A \text{ ou } x \in B\}.$$

Exemplo: $A = \{1, 2, 3, 4\}$ e $B = \{5, 6\}$, então $A \cup B = \{1, 2, 3, 4, 5, 6\}$

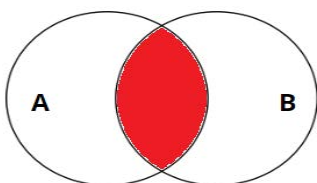
Fórmulas:

- $n(A \cup B) = n(A) + n(B) - n(A \cap B)$
- $n(A \cup B \cup C) = n(A) + n(B) + n(C) + n(A \cap B \cap C) - n(A \cap B) - n(A \cap C) - n(B \cap C)$

Interseção

A interseção dos conjuntos A e B é o conjunto formado pelos elementos que pertencem simultaneamente a A e B.

$$A \cap B = \{x | x \in A \text{ e } x \in B\}$$



Exemplo: $A = \{a, b, c, d, e\}$ e $B = \{d, e, f, g\}$, então $A \cap B = \{d, e\}$

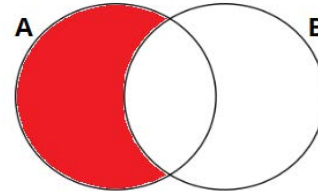
Fórmulas:

- $n(A \cap B) = n(A) + n(B) - n(A \cup B)$
- $n(A \cap B \cap C) = n(A) + n(B) + n(C) - n(A \cup B) - n(A \cup C) - n(B \cup C) + n(A \cup B \cup C)$

Diferença

A diferença entre dois conjuntos A e B é o conjunto dos elementos que pertencem a A mas não pertencem a B.

$$A \setminus B \text{ ou } A - B = \{x | x \in A \text{ e } x \notin B\}.$$



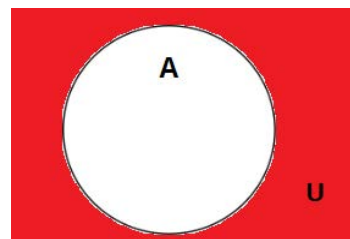
Exemplo: $A = \{0, 1, 2, 3, 4, 5\}$ e $B = \{5, 6, 7\}$, então $A - B = \{0, 1, 2, 3, 4\}$.

$$\text{Fórmula: } n(A - B) = n(A) - n(A \cap B)$$

Complementar

O complementar de um conjunto A, representado por A ou A^c , é o conjunto dos elementos do conjunto universo que não pertencem a A.

$$A = \{x \in U | x \notin A\}$$



Exemplo: $U = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\}$ e $A = \{0, 1, 2, 3, 4\}$, então $A^c = \{5, 6, 7\}$

$$\text{Fórmula: } n(A) = n(U) - n(A)$$

Exemplo 1: (FCC)

Em um grupo de 32 homens, 18 são altos, 22 são barbados e 16 são carecas. Homens altos e barbados que não são carecas são seis. Todos homens altos que são carecas, são também barbados. Sabe-se que existem 5 homens que são altos e não são barbados nem carecas. Sabe-se que existem 5 homens que são barbados e não são altos nem carecas. Sabe-se que existem 5 homens que são carecas e não são altos e nem barbados. Dentre todos esses homens, o número de barbados que não são altos, mas são carecas é igual a

- 4.
- 7.
- 13.
- 5.
- 8.

LEGISLAÇÃO E CÓDIGO DE ÉTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**LEI ORGÂNICA DO MPES - LEI COMPLEMENTAR
ESTADUAL Nº 95/1997 (TÍTULO I - DA ORGANIZAÇÃO
E ATRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CAPÍTULO
I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS; CAPÍTULO II - DA ORGA-
NIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO)**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 28 DE JANEIRO DE
1997**

*Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do
Ministério Público do Estado do Espírito Santo - Lei Orgânica do
Ministério Público Estadual.*

(Vide Lei Complementar nº 916, de 30 de julho de 2019, que
extingue 65 cargos)

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Faço
saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a
seguinte Lei:

TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Ministério Público é Instituição permanente, essen-
cial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da
ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e
individuais indisponíveis.

Parágrafo único. São princípios institucionais do Ministério
Público: a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Art. 2º Ao Ministério Público é assegurada, na forma dos ar-
tigos 127 da Constituição Federal e 3º da Lei Federal nº 8.625/93,
autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe
especialmente:

- I - praticar atos próprios de gestão;
- II - decidir sobre a situação funcional e administrativa do
pessoal, ativo e inativo, e das carreiras do Ministério Público e
área administrativa, organizadas em quadros próprios;
- III - elaborar as folhas de pagamento do pessoal ativo, inativo
e de seus servidores administrativos;
- IV - adquirir bens e contratar serviços, efetuando a respecti-
va contabilização;
- V - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção dos
cargos das carreiras, bem como, a fixação, a revisão, o reajuste e
a recomposição dos vencimentos dos seus membros e dos seus
servidores;

VI - prover, em caráter originário ou mediante promoção e
demais formas de provimento derivado, os cargos referidos no
inciso anterior;

VII - editar atos de nomeação, exoneração, demissão, dis-
ponibilidade, afastamento, promoção, remoção, penalidade
administrativa, férias, licença, aposentadoria e todos os demais
necessários à atividade institucional e previstos em lei;

VIII - organizar suas secretarias e os serviços auxiliares dos
órgãos de administração e execução;

IX - compor os seus órgãos de administração;

X - elaborar seus Regimentos Internos;

XI - exercer outras competências da espécie decorrentes.
(Promulgado pela Assembléia no D.O. de 04/04/97)

§ 1º As decisões do Ministério Público fundadas em sua au-
tonomia funcional, administrativa e financeira têm eficácia plena
e executoriedade imediata, ressalvada a competência consti-
tucional dos Poderes Judiciário e Legislativo. (Promulgado pela
Assembléia no D.O. de 04/04/97)

§ 2º A autonomia financeira compreende a compe-
tência exclusiva para a elaboração de seu orçamento,
detalhamento das despesas e participação no total da previsão
orçamentária do Estado. (Promulgado pela Assembléia no D.O.
de 04/04/97) (Dispositivo declarado inconstitucional pela ADI nº
1757. Transitada em julgado em 19.10.2018)

§ 3º O Ministério Público elaborará sua proposta orçamen-
tária juntamente com os Poderes do Estado, dentro dos limites
estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, encaminhan-
do-a por intermédio do Procurador-Geral de Justiça, diretamente
ao Governador do Estado para inclusão do projeto de lei orça-
mentária a ser submetido ao Poder Legislativo. (Promulgado pela
Assembléia no D.O. de 04/04/97)

§ 4º Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias
próprias e globais, compreendidos os créditos suplementares e
especiais, ser-lhe-ão postos à disposição em duodécimos, até o
dia vinte de cada mês, sem vinculação a qualquer tipo de despesa,
em cotas estabelecidas na programação financeira. (Promulgado
pela Assembléia no D.O. de 04/04/97)

§ 5º Os recursos próprios, não originários do Tesouro
Estadual, provenientes de convênios, acordos, realização de con-
curso de ingresso nas carreiras, participação em fundo instituído
por lei, cursos e publicações, serão utilizados em programas
vinculados aos fins da Instituição, vedada outra destinação.
(Promulgado pela Assembléia no D.O. de 04/04/97)

§ 6º A fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patri-
monial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade,
economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e
renúncia de receitas, será exercida pelo Poder Legislativo, me-
diante controle externo, e pelo sistema de controle interno.
(Promulgado pela Assembléia no D.O. de 04/04/97)

§ 7º O controle interno, mencionado no § 6º, é exercido pela Assessoria de Auditoria Interna e Controle, conforme disposto em ato do Procurador-Geral de Justiça. (Redação dada pela Lei Complementar nº 916, de 30 de julho de 2019)

§ 8º As contas do Ministério Público serão julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 3º O Ministério Público compreende:

- I - os órgãos de Administração Superior;
- II - os órgãos de Administração;
- III - os órgãos de Execução;
- IV - os órgãos Auxiliares;

SEÇÃO I DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Art. 4º São órgãos de Administração Superior do Ministério Público:

- I - a Procuradoria-Geral de Justiça;
- II - as Subprocuradorias Gerais de Justiça; (Redação dada pela Lei Complementar nº 565, de 21 de julho de 2010).
- III - o Colégio de Procuradores de Justiça;
- IV - o Conselho Superior do Ministério Público;
- V - a Corregedoria-Geral do Ministério Público.

SEÇÃO II DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 5º São também órgãos de administração do Ministério Público:

- I - as Procuradorias de Justiça;
- II - as Promotorias de Justiça;
- III - Ouvidoria do Ministério Público. (Dispositivo incluído pela Lei Complementar nº 1.047, de 27 de junho de 2023)

SEÇÃO III DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

Art. 6º São órgãos de execução do Ministério Público:

- I - o Procurador-Geral de Justiça;
- II - os Subprocuradores Gerais de Justiça; (Redação dada pela Lei Complementar nº 565, de 21 de julho de 2010).
- III - o Conselho Superior do Ministério Público;
- IV - os Procuradores de Justiça;
- V - os Promotores de Justiça.

SEÇÃO IV DOS ÓRGÃOS AUXILIARES

Art. 7º São órgãos Auxiliares do Ministério Público, além de outros:

- I - Órgãos de Execução Administrativa;
- II - Órgãos de Assessoramento;
- III - Órgãos de Apoio Administrativo.
- (...)

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO DE 1989 (TÍTULO I - DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E SEU TERRITÓRIO; TÍTULO II - DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS; CAPÍTULO IV - DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA, SEÇÃO I - DO MINISTÉRIO PÚBLICO)

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 05 DE OUTUBRO DE 1989.

Nós, os representantes do povo espírito-santense, reunido sob a proteção de DEUS, em Assembléia Estadual Constituinte, por força do Art.11 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal, baseados nos princípios nela contidos, promulgamos a Constituição Estadual, assegurando o bem-estar de todo cidadão mediante a participação do povo no processo político, econômico e social do Estado, repudiando, assim, toda a forma autoritária de governo.

TÍTULO I DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E SEU TERRITÓRIO

Art. 1º O Estado do Espírito Santo e seus Municípios integram a República Federativa do Brasil e adotam os princípios fundamentais da Constituição Federal. Parágrafo único - Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal e desta Constituição.

Art. 2º O Território do Estado, constituído por Municípios, tem os limites que lhe são assegurados pela tradição, documentos históricos, leis e julgados, não podendo ser alterado senão nos casos previstos na Constituição Federal. Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 01 de dezembro de 1998.

TÍTULO II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO ÚNICO DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

TÍTULO II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO ÚNICO DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 3º Estado assegurará, pela lei e demais atos de seus órgãos e agentes, a imediata e plena efetividade dos direitos e garantias individuais e coletivos mencionados na Constituição Federal e dela decorrentes, além dos constantes nos tratados internacionais de que a República Federativa do Brasil seja parte.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL

A formação histórica do Serviço Social está diretamente ligada às transformações sociais, econômicas e políticas que marcaram o mundo a partir do final do século XIX.

A profissão surge como uma resposta institucionalizada às expressões da questão social, sendo profundamente influenciada pelas contradições do capitalismo e pela forma como diferentes sociedades buscaram gerir os impactos da desigualdade, da pobreza e da exclusão.

► As raízes do Serviço Social na Europa

O Serviço Social tem suas primeiras manifestações na Europa, em um contexto de intensas mudanças trazidas pela Revolução Industrial. O avanço da industrialização gerou uma crescente urbanização e um aumento significativo da pobreza urbana. As condições de vida e trabalho da classe operária eram precárias, e isso mobilizou setores da Igreja e da burguesia a atuarem em ações de caridade e filantropia, com o objetivo de mitigar os efeitos mais visíveis da desigualdade.

Nessa fase inicial, a atuação estava fortemente ligada à moral religiosa. A ajuda ao próximo era vista como um dever cristão, e o foco estava na “reabilitação moral” dos pobres. Essas ações foram fundamentais para o surgimento das primeiras instituições de assistência e posteriormente das primeiras escolas de Serviço Social, como forma de profissionalizar o atendimento às populações em situação de vulnerabilidade.

► O Serviço Social nos Estados Unidos: o movimento do Serviço Social de caso

Nos Estados Unidos, o Serviço Social desenvolveu-se com um enfoque mais técnico e científico a partir do final do século XIX. Dois movimentos principais marcaram esse período:

- **O Charity Organization Society (COS):** atuava com visitas domiciliares e buscava investigar as causas da pobreza individual, com foco na mudança de comportamento dos atendidos. Influenciado pelo pensamento liberal, via a pobreza como resultado de falhas morais e individuais.
- **O Settlement Movement:** estabelecia centros comunitários nos bairros operários, buscando compreender e intervir nas condições de vida da população. Foi um movimento mais voltado à transformação das estruturas sociais e ao envolvimento direto com a realidade das classes populares.

Esses dois movimentos deram origem a diferentes abordagens dentro do Serviço Social, estabelecendo uma tensão entre uma visão mais assistencialista e outra mais crítica e transformadora.

► A chegada do Serviço Social na América Latina

Na América Latina, e em especial no Brasil, o Serviço Social surge na década de 1930, também vinculado a um contexto de profundas transformações sociais. A urbanização acelerada, a industrialização incipiente e as lutas sociais marcaram esse período. A profissão foi inicialmente vinculada à Igreja Católica e ao Estado, com forte influência do pensamento conservador europeu.

As primeiras escolas de Serviço Social no Brasil foram criadas por iniciativa da Igreja, com o objetivo de formar profissionais capazes de “pacificar” as tensões sociais por meio de uma atuação moralizante. Nesse momento, o Serviço Social ainda não era uma profissão crítica, mas sim uma prática voltada à manutenção da ordem social.

► A consolidação da profissão no Brasil

Ao longo das décadas de 1940 a 1960, o Serviço Social no Brasil passou por um processo de institucionalização e expansão, com a criação de cursos universitários, conselhos profissionais e regulamentação da profissão. No entanto, o conteúdo formativo ainda era fortemente marcado por princípios religiosos e técnicas voltadas à adaptação dos indivíduos às normas sociais.

Foi somente a partir do final da década de 1960 e, especialmente, nas décadas de 1970 e 1980, que a profissão passou por um processo de renovação crítica. Movimentos sociais, influências marxistas e o contexto de redemocratização do país impulsionaram uma transformação profunda na forma de entender a prática profissional.

O Serviço Social passou a se posicionar de forma mais clara como uma profissão comprometida com os interesses da classe trabalhadora e com a transformação social.

Principais marcos históricos no Brasil:

- **1936:** criação da primeira escola de Serviço Social, em São Paulo
- **1957:** fundação do Conselho Federal de Assistentes Sociais
- **1966:** regulamentação da profissão com a Lei 3.252
- **1979:** movimento de reconceituação do Serviço Social, com ruptura com os fundamentos conservadores
- **1993:** promulgação do novo Código de Ética Profissional, com ênfase nos direitos humanos e na justiça social

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social, como profissão inserida nas relações sociais, possui fundamentos teóricos que sustentam e orientam sua prática. Esses fundamentos são construídos historicamente, dialogam com diversas áreas do conhecimento e expressam as opções ético-políticas da profissão.

Compreender os fundamentos teóricos do Serviço Social significa compreender os alicerces que organizam sua atuação profissional, sua leitura da realidade e sua forma de intervir nas expressões da questão social.

► A teoria social como base para a intervenção

Desde sua origem, o Serviço Social se apoiou em conhecimentos das ciências humanas e sociais para compreender as situações concretas de vida dos sujeitos. A profissão não se desenvolve a partir de um conhecimento próprio e isolado, mas sim de uma apropriação crítica de diversas teorias que explicam a sociedade, suas contradições, seus conflitos e suas desigualdades.

Nesse sentido, a teoria social crítica — com destaque para a tradição marxista — torna-se uma referência central a partir do processo de renovação da profissão nas décadas de 1970 e 1980. Essa perspectiva contribui para uma análise estrutural da realidade social, superando explicações baseadas apenas em aspectos individuais, morais ou religiosos.

A perspectiva marxista no Serviço Social:

A adoção do materialismo histórico e dialético como referencial teórico é um dos principais marcos do Serviço Social contemporâneo. Essa perspectiva permite ao profissional compreender que:

- A sociedade é constituída por relações de produção baseadas na exploração de classes sociais;
- A desigualdade social não é natural, mas fruto de um processo histórico de dominação;
- A questão social é inerente ao modo de produção capitalista e se expressa em múltiplas formas: pobreza, desemprego, violência, racismo, desigualdade de gênero, entre outras;
- A intervenção do assistente social deve considerar as mediações entre o indivíduo e a totalidade social.

Ao adotar essa perspectiva, o Serviço Social se distancia de práticas assistencialistas e moralizantes e passa a se comprometer com a emancipação humana e com a construção de uma sociedade mais justa.

Pluralidade teórica e interdisciplinaridade:

Apesar do predomínio do referencial marxista, é importante destacar que o Serviço Social não se limita a uma única teoria. A profissão reconhece a complexidade da realidade social e a necessidade de dialogar com diferentes campos do saber, como:

- Sociologia
- Economia
- Psicologia
- Antropologia
- Direito

- Filosofia
- Ciência Política

Esse diálogo permite ao assistente social construir uma compreensão ampla dos fenômenos sociais, considerando suas múltiplas determinações e dimensões. Assim, o profissional pode elaborar estratégias de intervenção mais eficazes e contextualizadas.

► Teorias sociais aplicadas à prática profissional

As teorias utilizadas no Serviço Social não têm valor apenas acadêmico ou abstrato. Elas fundamentam a prática cotidiana, orientam a leitura das demandas dos usuários e dão suporte à elaboração de propostas de intervenção. Exemplos de aplicação incluem:

- A análise das políticas públicas à luz das contradições do Estado capitalista;
- A compreensão da família como instituição historicamente construída e atravessada por relações de poder;
- A crítica às práticas punitivistas no sistema de justiça e sua relação com o controle social dos mais pobres;
- A articulação entre raça, classe e gênero como eixos de desigualdade.

► Teoria e ética: uma conexão indissociável

No Serviço Social, a teoria não está dissociada da ética. Os fundamentos teóricos da profissão sustentam um projeto ético-político comprometido com os direitos humanos, a justiça social, a equidade e a defesa intransigente dos usuários dos serviços sociais. O Código de Ética do Assistente Social reafirma esse compromisso, ao colocar a liberdade como valor central da prática profissional.

Dessa forma, o uso da teoria no Serviço Social não é neutro nem tecnocrático. O conhecimento é mobilizado em favor de um projeto de sociedade que enfrente as desigualdades e promova a dignidade humana.

DIMENSÃO METODOLÓGICA NO SERVIÇO SOCIAL

A dimensão metodológica no Serviço Social representa o conjunto de procedimentos, estratégias e caminhos adotados pelo profissional para intervir nas expressões da questão social. Essa dimensão está profundamente articulada aos fundamentos teóricos e éticos da profissão, pois é a mediação prática entre o conhecimento da realidade e a ação transformadora sobre ela.

Em outras palavras, a metodologia no Serviço Social não é apenas um “fazer técnico”, mas uma prática consciente, crítica e intencional.

► Metodologia e método: distinções fundamentais

Antes de aprofundarmos o conteúdo dessa dimensão, é importante compreender a diferença entre dois termos frequentemente utilizados:

- **Método:** é a direção geral da ação, o caminho racional e lógico adotado para alcançar determinados objetivos. No Serviço Social, refere-se ao método crítico-dialético, que orienta a leitura da realidade a partir das contradições sociais.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!